

## **A função dos hábitos no pensamento reflexivo, segundo John Dewey**

### **The function of habits in the reflective thought, following John Dewey**

José Claudio Morelli Matos<sup>1</sup>

#### **Resumo**

John Dewey, em sua teoria do conhecimento, atribui um papel fundamental aos processos de pensamento reflexivo. Além disso, descreve o comportamento humano em termos de hábitos integrados, que se manifestam na conduta. Este trabalho espera mostrar que, segundo uma visão naturalista do ser humano e de suas capacidades cognitivas, os próprios processos mais sofisticados de pensamento e reflexão são concebidos como efeitos de hábitos instalados nos indivíduos. Como tais, possuem sua origem, em parte, nas capacidades e disposições inatas, desenvolvidas ao longo da evolução, e em parte nos processos de aprendizagem que ocorrem nas interações ambientais e sociais. Essa teoria naturalista do conhecimento, que relaciona pensamento reflexivo com hábitos é o resultado da argumentação de Dewey em defesa de uma filosofia que rompe com a tradição abstrata e especulativa, em direção a uma filosofia que confira o maior sentido possível ao conhecimento resultante da experiência, e da relação complexa entre organismo e natureza.

**Palavras-chave:** Dewey, hábito, conhecimento, pensamento reflexivo.

#### **Abstract**

John Dewey, in his theory of knowledge, attributes a fundamental role to the processes of reflective thinking. Besides that, he describes human behavior in terms of integrate habits, manifest in conduct. This work wants to show that, following a naturalist view of human being and his cognitive capacities, the most sophisticated processes of thought and reflection are conceived as effects of habits installed in individuals. As such, they has its origin founded, in part, in innate capacities and dispositions developed along evolution, and in part in processes of learning, that occurs by environmental and social interactions.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade do Estado de Santa Catarina. Endereço: Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED-UDESC. Rua Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis – SC. Cep: 88035-001.

This naturalized theory of knowledge that relates the reflective thought with habits is the result of Dewey's argumentation in defense of a philosophy that breaks with the abstract and speculative tradition, in direction to a philosophy that gives most sense to the knowledge resulting from experience, and from the complex relation between organism and nature.

Keywords: Dewey, habit, knowledge, reflective thought.

## **Introdução**

O objetivo desta argumentação é discutir a parte da teoria deweyana do conhecimento que se refere aos processos de pensamento reflexivo, dos quais, segundo Dewey, resultam crenças mais confiáveis. Esse pensamento, embora formulável de modo a ser possível analisar sua validade em contraste com evidências e justificativas, desenvolve-se no indivíduo como efeito da ação coordenada de diversas disposições caracterizadas por Dewey como hábitos. Pretende-se examinar a natureza desta relação entre o pensamento reflexivo e os hábitos, na filosofia deweyana a fim de investigar as evidências em favor da conclusão de que essa teoria atribui um importante e decisivo papel a princípios naturais, na produção do conhecimento.

Ao fazer essa investigação, considera-se que uma medida significativa da atitude de Dewey diante da capacidade humana para a produção e transmissão de conhecimento, assenta em sua compreensão da importância das realizações das ciências naturais. Para o filósofo, os procedimentos de inferência e investigação dependem da aquisição e desenvolvimento de certos tipos de hábitos. Essa atitude se articula com uma compreensão naturalística do ser humano, sobretudo no que toca à descrição da conduta em termos de hábitos. Toda essa reflexão acerca do papel do hábito na conduta, em especial na conduta produtora de conhecimento, faz parte de um ponto de vista mantido por Dewey, em relação à participação de regularidades e leis naturais nas explicações filosóficas. Larry Hickman se refere a isso em seu artigo "Evolutionary Naturalism, Logic and Lifelong Learning: Three Keys to Dewey's Philosophy of Education" (Hickman, 2008). Mais precisamente, interessa ao contexto da presente discussão

a afirmação ali feita por Hickman de que “a versão deweyana do naturalismo é uma posição cosmológica que é oposta ao sobrenaturalismo no sentido de que é situada dentro do sistema espaço-temporal-causal que é estudado pela ciência” (Hickman, 2008, p. 123). Tal tratamento tem como resultado fornecer aos hábitos uma importante função cognitiva, e é justamente essa função dos hábitos para a produção e desenvolvimento do conhecimento, na obra de Dewey, que está sob exame aqui.

O presente recorte refere-se ao hábito, ou conjunto integrado de hábitos, que funcionam como princípios condutores do pensamento. Refere-se, portanto, a tratar os procedimentos de investigação e reflexão como hábitos. Muitos outros tipos de hábitos aparecem no discurso de Dewey. Alguns mais mecânicos, outros criativos e intelectuais. Uns em acordo, outros em choque com desejos e preferências mantidos pelos indivíduos. Com referência aos hábitos de pensamento, está-se referindo a um conjunto de disposições ou funções comportamentais para conduzir processos de inferência e seleção de experiências, em direção a crenças possíveis de ser tomadas como válidas.

Se a consideração que se dá ao naturalismo na filosofia de Dewey estiver correta, então se pode extrair dela a seguinte conclusão: diversos temas na obra deweyana, como a moralidade, a educação, a política e a consciência são tratados de modo integrado. A coerência entre o que Dewey afirma em seus inúmeros trabalhos manifesta-se em uma reflexão que apresenta certas pretensões de sistematicidade. A explicação, por meio da noção de hábitos, da conduta que resulta no conhecimento é um dos temas unificadores deste sistema conceitual.

### **Pensamento, hábito e conhecimento – O processo de pensamento reflexivo**

Dewey expõe sua teoria acerca dos processos de pensamento e sobre a atuação desse pensamento na formação de inferências, na obra *Como Pensamos*. Essa obra possui duas edições, uma de 1910 e outra de 1933. A edição de 1933 sofre algumas

modificações em seu texto, possivelmente em atenção ao processo de maturação e desenvolvimento das noções ali apresentadas por Dewey. Para a presente investigação, é conveniente imaginar que a noção de hábito é uma delas, uma vez que em 1922, entre a primeira e a segunda edições de *Como Pensamos*, Dewey publicou a obra *Natureza Humana e Conduta*. Nela ele apresenta ao público a versão mais detalhada e profunda de sua teoria do hábito. Ambas as obras compõem as fontes principais deste estudo, e ambas partilham da característica de fazer uso de conceitos e métodos de análise encontrados em diferentes disciplinas teóricas.

É bem conhecida a posição de Dewey quanto aos métodos e raciocínios das ciências constituírem o modelo para a investigação sistemática e organizada. Em *Experiência e Educação* (1938), por exemplo, ele atenta o leitor para o fato de as “ciências empíricas oferecerem hoje o melhor tipo de organização intelectual que se pode encontrar em qualquer campo” (Dewey, 1976, p. 21). Esta defesa do modo de pensar inspirado na ciência, como um guia para a inteligência, é reafirmado, ao lado da consideração do aspecto dinâmico e evolutivo do mundo ao qual o ser humano tenta adaptar-se.

Em *Como Pensamos*, Dewey dedica-se, sobretudo, a discutir pormenorizadamente os processos e manifestações da vida mental considerados como processos de pensamento. Ele afirma que há quatro sentidos para o termo “pensamento”, correspondendo a uma espécie de hierarquia ou escala de atividades mentais que têm recebido tal denominação. O primeiro tipo poderia ser descrito como a simples situação de que há uma atividade de representação consciente ocorrendo na mente, mas que não tem que se referir necessariamente a nada correspondente no mundo exterior, e nem sequer apresentar uma sequência ordenada. O primeiro tipo é algo que simplesmente “passa pela mente”. O segundo tipo de pensamento é aquele no qual há uma sequência, um encadeamento mais ordenado, e o fluxo do pensamento não se processa ao acaso, mas segundo certa regularidade. Uma ideia como que suscita a outra, ou leva à ideia subsequente, pela operação da imaginação ou fantasia. O terceiro tipo é aquele no

qual, além da ordenação no processo ou fluxo do pensamento, vem acompanhado de confiabilidade ou crença. Há, então, a suposição de que o pensamento possa ser representativo da ordem ou estrutura dos objetos e fatos conforme são experienciados.

Mas a mera crença não garante a validade ou a coerência do processo do pensamento. Por mais viva e intensa que seja uma crença mantida pelo sujeito, ela pode ser completamente falsa e destituída de qualquer fundamento, justificativa ou evidência em favor de sua validade. O apelo emocional, diria o autor, o gosto e inclinação pessoal podem produzir crença, mas, neste caso, uma crença sem base confiável. Por isso, para que se possa estabelecer o pensamento em bases seguras, Dewey afirma que é preciso ascender ao quarto tipo de pensamento – objeto de todo o resto da investigação de *Como Pensamos* – que é o pensamento reflexivo.

As consequências de uma crença sobre outras crenças e sobre o comportamento podem ser tão importantes, então, que os homens são forçados a considerar as bases ou razões desta crença e suas consequências lógicas (Dewey, 1997, p. 5).

A interpretação dessa passagem indica que o pensamento reflexivo é um nível de atividade da mente, no qual o objeto de atenção são crenças, acerca de cujo fundamento, ou alegação de validade o sujeito indaga, ao longo de um determinado raciocínio ou encadeamento.

Dewey demonstra estar preocupado, sobretudo, com dois aspectos do pensamento: Sua possibilidade de representar inferências que resultem em crenças válidas acerca dos temas a que o pensamento se refere, e sua possibilidade de sustentar, ou justificar tais inferências com base em evidências e argumentos que possam ser compreendidos e examinados por outras pessoas. Assim, Dewey começa por uma descrição dos processos mentais que recebem denominação comum de “pensamento”, em direção a uma discussão das conclusões que possuem relevância epistemológica. Essas conclusões estão relacionadas ao modo como se julga acerca da validade de crenças e afirmações, que se apoiam

em processos de inferência, cuja manifestação no indivíduo é o que Dewey irá chamar de pensamento reflexivo:

*O pensamento reflexivo faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, exame efetuado à luz dos argumentos que a apóiam e das conclusões a que chega. Qualquer das três primeiras categorias de pensamento pode obter este resultado; mas, para firmar uma crença em sólidas bases de evidência e raciocínio, é necessário um esforço consciente e voluntário (Dewey, 1997, p.6, ênfase no original).*

Somente a reflexão fornece o tipo de crença que o indivíduo pode defender mediante justificação. E somente esse último tipo de pensamento está relacionado a uma conduta baseada em hábitos de previsão, comunicação e transmissão cultural. O tipo de hábito relacionado ao pensamento reflexivo resulta em crenças que podem ser compartilhadas publicamente, que podem ser objetos de uma discussão assentada na consideração de evidências. O pensamento reflexivo é um modo de aumentar o conhecimento, ultrapassando o testemunho direto da experiência sensível, criando um montante de informação disponível e examinável pelos indivíduos, como parte do ambiente social.

À ação do pensamento reflexivo no tratamento de um problema ou questão determinada, Dewey denomina *investigação* (Dewey, 1979, p. 7). Ela é um esforço consciente de conectar pensamentos, na forma de um encadeamento cujo resultado esperado é uma crença válida. “Investigação” aplica-se, em sentido técnico, bem como em sentido cotidiano, a um processo de pensamento reflexivo. A reflexão não é uma ação livre e desimpedida da mente. É uma ação disciplinada que se inicia com a dúvida e é conduzida a um fim específico. “*A necessidade da solução de uma dúvida é o fator básico e orientador em todo o mecanismo de reflexão*” (Dewey, 1997, p.11, ênfase no original). A experiência passada, o conhecimento anterior, sugere alternativas de solução para a dúvida, que funcionam como hipóteses. Essa sugestão orienta a busca por provas e evidências. Na ausência de qualquer

referência, sendo impossível a sugestão, a dúvida persiste. Talvez o indivíduo venha a estabelecer a crença por outro meio que não a reflexão. O caso é que o indivíduo não costuma passar sem crenças que orientem sua ação, embora nem toda crença resulte da reflexão.

Mesmo diante de evidência prévia, que ocasiona a sugestão de soluções para a dúvida ou problema de que se ocupa o pensamento, é possível que não se complete ou realize a reflexão. Quando a atitude crítica não está desenvolvida, ou quando a dúvida causa desconforto ou embaraço, o indivíduo pode abrir mão da investigação e do suspense que ela exige. Como é preciso examinar as justificativas, testar as possíveis conclusões, avaliar as evidências, o estado de dúvida e hesitação pode-se prolongar, e a investigação demanda tempo e paciência até se consumir. Mesmo a reflexão exercida na leitura atenta de um texto, à medida que envolve hipóteses interpretativas para sua compreensão, exige essa espécie de paciência reflexiva. Prolongar a dúvida, então, é um exercício em certa medida benéfico, tanto quanto fixar a crença. Deste exercício de prolongar a dúvida a fim de aprofundar o exame e a consideração das justificativas resultam os hábitos mais sofisticados do pensamento reflexivo.

Mesmo que tenha sua origem em um conjunto de inclinações naturais, o pensamento é um desenvolvimento, um refinamento da atividade de atribuir significados aos eventos e objetos. Por ser um mecanismo mais ousado e de maior alcance, o pensamento corre o risco de se desenvolver segundo princípios que não asseguram crenças válidas, e, por isso, não funcionariam como adequados princípios condutores. Sendo o pensamento reflexivo tão natural como qualquer outro hábito mental, se o que se pretende é valorizar a reflexão, o estabelecimento de seu hábito precisa ser reforçado acima dos outros. Há uma inclinação natural, instintiva para a consideração reflexiva de temas colocados na forma de questão. Dewey chama a isso de “prontidão”. Essa prontidão se manifesta em oposição a outras formas de fixar a crença, como o costume ou a tradição. Como não há exercícios que automaticamente desenvolvam o pensamento reflexivo, disso decorre a

importância da atitude individual, juntamente com o emprego de métodos adequados.

O conhecimento possui um aspecto público, e seu avanço e transmissão são processos que ocorrem no meio social. Assim, a mudança produzida pelas formas de reelaboração e de transmissão dos hábitos é uma mudança epistemológica tanto individual quanto social, ocorrida através da participação dos indivíduos num processo de interação a que se pode, muito provisoriamente, dar o nome de *discussão*. Para que um indivíduo possa participar da discussão acerca de temas relevantes e, assim, contribuir para o avanço do conhecimento na comunidade da qual faz parte, é preciso que possa empregar de maneira adequada a sua capacidade cognitiva. Voltando ao comentário de Hickman, encontra-se acerca deste aspecto público do pensamento, a seguinte consideração:

A investigação é, então, para Dewey, naturalista no sentido de que emerge de uma matriz cultural e retorna a esta matriz cultural a fim de fazer o seu trabalho. Outro modo de colocar isso é que Dewey não apenas rejeita visões do conhecimento que dependem do que é sobrenatural, mas também aquelas que dependem do que é extranatural, incluindo fontes autorizadas, como a intuição, ou alguma faculdade superior da razão que seja meramente estipulada (Hickman, 2008, p. 125).

Assim sendo, não há um padrão ou ponto de vista fora dos processos cognitivos, com os quais medir ou avaliar o resultado desses processos. A própria discussão da qual o indivíduo toma parte e sua interação no meio social é o padrão disponível do conhecimento. O resultado desse processo de discussão é o de aumentar as chances de os hábitos ou crenças levarem a uma conduta bem-sucedida.

Conforme se tem afirmado, uma das finalidades a serem constantemente perseguidas é a formação de adequados hábitos de pensamento reflexivo. Isso envolve a adoção de determinadas atitudes por parte do indivíduo. Afirmou-se acima que em *Como Pensamos*, Dewey refere-se a um aspecto natural ou inato que



está relacionado à capacidade de raciocinar reflexivamente. Esse aspecto natural, que é definido por ele como uma prontidão – uma disposição, dir-se-ia – é a base do aprimoramento do pensamento reflexivo. Segundo Dewey,

existe como que uma *prontidão* para considerar, no plano do pensamento, os assuntos que entram no campo da experiência - prontidão que contrasta fortemente com a disposição para formular juízos com base no mero costume, tradição, preconceito, evitando assim o esforço de pensar (Dewey, 1979, p. 42, ênfase no original).

Essa prontidão a considerar, a refletir, a investigar é o alvo de toda ação que vise ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, e não a mera repetição ou adestramento de alguma forma de conduta. A formação dos hábitos como princípios condutores da atitude reflexiva é o objetivo ao qual Dewey constantemente retorna em sua argumentação. Os pressupostos que dão origem a este tratamento pormenorizado do caráter investigativo em termos de hábitos, não se restringem à plasticidade do comportamento para adquirir novos hábitos. É necessário supor que, por um longo processo de desenvolvimento acumulativo, certa prontidão, ou predisposição se manifesta no indivíduo. Segundo ele:

Deve haver um estoque inato, ou cabedal de recursos; não nos é possível impor o poder de pensar a uma criatura que, de início, não pense espontaneamente, “naturalmente”, como se diz. Mas, ao passo que não podemos aprender ou ser ensinados a pensar, temos de aprender como pensar bem, especialmente, como adquirir o hábito geral de refletir (Dewey, 1979, p. 43).

O resultado desta prontidão são impulsos ou recursos inatos, transmitidos hereditariamente, dos quais o ser vivo está dotado, e que permitem a ele desenvolver funções diversificadas de conduta reflexiva na forma de hábitos. A plasticidade natural do comportamento permite que haja grande espaço para aquilo que se manifesta como resultado da aprendizagem e do hábito, como é o caso do comportamento reflexivo.

### **Aspectos formais do pensamento reflexivo**

Há um processo natural de pensamento que ocorre efetivamente ao longo do tempo e, conforme foi visto acima, há uma prontidão natural que inclina, que move a mente para a consumação desse processo. Por outro lado, quando se pergunta pela evidência que suporta uma inferência, não se está perguntando pelo grau de inclinação ou vivacidade do sentimento do sujeito, nem pelo que se passa no interior de sua mente. O tipo de pergunta formal sobre os raciocínios de alguém é pela ligação entre as etapas que levam até a conclusão. Esta é a pergunta lógica: se as premissas provam a conclusão, e de que modo.

O pensamento enquanto atividade depende da ação de hábitos: é, além disso, um processo em constante mudança, interativo com o ambiente. É um processo ocorrendo a um organismo. Por outro lado, o produto do pensamento exige formas corretas de exposição que, sem a atuação dos hábitos adequados, não podem desempenhar seu papel de justificação e suporte das afirmações. O pensamento como processo, para Dewey, é visto como uma forma de adaptação do indivíduo – melhor seria dizer da espécie – a seu ambiente. É uma forma de estabelecer linhas de ação segundo as quais a conduta tende a resultar na obtenção dos interesses e objetivos dos indivíduos. Para ele os processos habituais do pensamento e da investigação não se prendem a formas lógicas, mas, ao contrário, atendem ao objetivo de seguir sugestões a fim de obter conclusões – na forma de crenças – que levem a novos movimentos. Há claramente um forte ingrediente biológico nesse modo de ver, sem o qual o desapego à formalidade poderia ser visto como negligente e infundado.

Aqui se estaria a ponto de dizer que o pensar real tem sua “lógica” própria: é um processo ordenado, consequente, reflexivo. A razoabilidade e escolha adequada de meios e de evidências na ação bem-sucedida do sujeito são sinais de um procedimento a que Dewey atribui certa logicidade. Ela se manifesta no

cuidado sistemático de salvaguardar os processos de pensar, para que este seja verdadeiramente reflexivo. Neste

propósito, “lógico” aplica-se ao ato de *regular* os processos espontâneos de observação, sugestão e verificação; isto é, significa pensar como *arte* (Dewey, 1979, p. 92, ênfase no original).

Quanto mais segue relações lógicas, mais o pensamento é bem-sucedido. Mas esta logicidade no comportamento assume, por tratar-se de conduta, a forma de funções ou hábitos. Por isso, depende de um processo de seleção de condutas, segundo o objetivo de fixar aquelas que tendem a resultar em comportamento mais bem sucedido.

“Lógico” na argumentação de Dewey possui, portanto, três significados: i) pensar com vistas a uma conclusão, não importando as operações que conduzem a isto; ii) “prova de caráter rígido” da relação entre as evidências e a conclusão, em uma inferência; iii) regulação, mediante certos hábitos, de processos de pensamento. É certo que se formarão hábitos mentais, sejam eles bons ou maus para os interesses do indivíduo. É inevitável que, conforme haja conduta, hábitos sejam formados: se de reflexão cuidadosa ou de pensamento desordenado, isso depende das “condições requeridas para este exercício” (Dewey, 1979, p. 94). O fim e o resultado do pensamento reflexivo é superar a hesitação da dúvida e chegar a uma linha de conduta definida.

O pensamento exige uma situação diretamente experimentada, da qual parte como fundamento da cadeia de passos que constitui a investigação. Somente com base num objeto ou evento experimentado, cuja completa significação constitui o problema, é que o pensamento pode conduzir da dúvida à crença. Isto equivale a afirmar que

a observação específica e ampla do fato concreto corresponde sempre não só ao senso de problema ou dificuldade, senão a um vago senso do significado da dificuldade, ou seja, daquilo que essa dificuldade implica ou significa em experiências subseqüentes (Dewey, 1979, p. 144).

Neste modelo comportamental em que o pensamento está situado, a crença é um objetivo intermediário para o organismo. A

crença pode ser o fim da investigação, mas não é o fim da conduta. Porque, uma vez atingida a crença, o organismo pode passar à ação definida e determinada sobre o objeto a que essa crença se refere. Esse é, como se vê, um modelo fortemente marcado pela consideração dos fatores ambientais em interação com os quais o processo cognitivo se desenvolve. O organismo espera poder agir de modo a obter uma relação mais adaptada com o ambiente. Esse por sua vez, por estar em constante mudança, demanda novas linhas de conduta e, portanto, uma constante revisão nas crenças, ou seja, constante reflexão. Segundo Dewey: “A inferência vital sempre concede a quem pensa um mundo, experimentado como diferente sob algum aspecto” (Dewey, 1979, p. 106). O organismo, portanto, interfere no ambiente por meio da reflexão, toda vez que ela resulta em crenças que redirecionam a ação.

Quanto à forma lógica das inferências produzidas pela modalidade de pensamento reflexivo, Dewey atribui o termo “indução”, na primeira edição de *Como Pensamos*, aos casos em que, ao pensar reflexivamente, o sujeito parte de evidências observadas, a fim de inferir a proximidade ou realidade de objetos e eventos não observados.

Enquanto a indução se move de detalhes fragmentários (ou particulares) para uma visão conexa da situação (universal), a dedução começa com a última e opera de volta aos particulares, conectando-os e unindo-os. O movimento indutivo é na direção da *descoberta* de um princípio unificador; o dedutivo em direção de seu *teste* – confirmando, refutando, modificando-o na base de sua capacidade de interpretar detalhes isolados em uma experiência unificada (Dewey, 1997, p. 72, ênfase no original).

A distinção entre uma direção indutiva e uma direção dedutiva do pensamento é abandonada na edição de 1933, embora o autor continue a tratar detalhadamente do tipo de inferência que o pensamento realiza, do conhecido para o desconhecido.

É este tipo de raciocínio que ele denomina propriamente de inferência. “Este processo de se chegar a uma idéia do que

está ausente na base do que está presente é inferência. O que está presente *leva* ou *conduz* o espírito à ideia de alguma outra coisa e, por último, à aceitação dessa outra coisa” (Dewey, 1979, p. 100). Não há pensamento sem inferência, ela que contém em si um salto, que depende de uma sugestão despertada: a sugestão é inevitável, é como um instinto, um princípio psicológico que seleciona ou que conjuga eventos. Dewey emprega frequentemente o termo “sugestão” a fim de se referir ao salto, ao passo em direção a uma hipótese, uma descoberta. Ele acrescenta a propósito: “Assim, há uma tendência indutiva, sugerida por fatos presentes e particulares” (Dewey, 1997, p. 82). É preciso, portanto, discutir em maior detalhe como ele explica a legitimidade desta ação do pensamento que produz descoberta, ou seja, que amplia o conhecimento com base na inferência em direção ao desconhecido.

Essa forma de conceber o pensamento reflexivo e o processo de investigação põe a argumentação de Dewey às voltas com um célebre problema filosófico: o problema da indução. Há muitas formulações conhecidas desse problema, e possivelmente não seja demasiada pretensão resumi-las da seguinte maneira: como se pode alegar que o número limitado de evidências reunidas justifique suficientemente a crença na validade de uma conclusão referente ao inobservado, ou uma conclusão na forma de lei ou regularidade? Ou ainda: qual a base a partir da qual inferir regularidades (na forma de afirmações que ultrapassam o efetivamente observado), a partir de eventos e fatos observados ou memorizados? Isto, uma vez que o conteúdo informativo dessas conclusões ultrapassa aquele contido nas premissas e, por isso, esse tipo de raciocínio resulta em argumentos inválidos.

Tal problema recebeu o seu tratamento mais conhecido através de David Hume, cujas seções dedicadas ao tema em suas principais obras filosóficas exerceram grande influência no pensamento epistemológico moderno. Hume pretende ter resolvido essa questão com uma saída que se tornou famosa – embora muitas vezes mal compreendida – na história da filosofia moderna. Afirma ele que as generalizações a partir da experiência resultam da operação de um instinto – ou princípio natural – inato, que im-

pele o organismo a formar crenças causais a partir da experiência da repetição regular de eventos em constante conjunção. Segundo Hume:

Se não é um argumento que obriga a mente a dar este passo, ela deve estar sendo conduzida por algum outro princípio de igual peso e autoridade, e este princípio conservará sua influência por todo o tempo em que a natureza humana permanecer a mesma (Hume, 1999, p. 63).

Coincidentemente, ele denomina seu princípio de Hábito, uma escolha de termos que tem causado uma enorme e acalorada polêmica entre seus leitores.

A diferença com Dewey, quanto ao emprego do termo “hábito” é que, para Hume, o princípio por ele designado é inato, como mostra a passagem citada, e não resulta da interação entre o sujeito e o ambiente em que se encontra. “Hábito”, para Hume, é o nome para uma disposição inata, uma inata sensibilidade à repetição de conjunções entre eventos. Não se assemelha, a não ser pela palavra, ao sentido do termo “hábito” no pensamento científico dos séculos XIX e XX, nem ao sentido a ele atribuído por Dewey, de uma função comportamental que pode ser moldada na interação entre o organismo e o ambiente.

A saída de Hume, conforme dito acima, significa que não há um argumento, não há um passo da razão, formalmente válido, que possa assegurar a crença na conclusão de um argumento de tipo indutivo. Entretanto, por força de um instinto natural, de um “princípio da natureza humana” (Hume, 1999, p. 64), quando a mente se encontra em certas condições: por exemplo, indagando o que um conjunto de observações passadas “significa” ou “sugere” acerca do futuro, o resultado natural é a crença em algum tipo de regularidade natural, do inobservado, ou do futuro.

A pergunta mais importante a ser feita neste momento é a seguinte: Há algo semelhante a uma solução para o impasse ou problema da indução na discussão de Dewey acerca do pensamento reflexivo? Segundo a concepção aqui discutida, a resposta é afirmativa. A solução de Dewey é uma combinação de

dois fatores: i) uma propensão natural para o desenvolvimento do pensamento reflexivo, e ii) uma plasticidade comportamental que permite a correção e aperfeiçoamento do desempenho desse pensamento, por meio do treinamento e aprendizagem. No primeiro elemento, opera, sobretudo, a natureza, por meio dos mecanismos evolutivos; no segundo, opera, sobretudo, o ambiente social por meio da aquisição de hábitos eficazes de pensamento.

Esses hábitos, segundo o autor, formam-se no indivíduo através do tratamento de problemas práticos e do exercício da comunicação, com ênfase no uso da linguagem escrita. No horizonte da filosofia de Dewey, não seria tão apropriado perguntar “por que” fazemos inferências bem sucedidas, quanto seria perguntar “quando” são feitas inferências bem sucedidas? E a resposta, como se espera que esteja claro para o leitor, seria: quando se seguem hábitos eficientes de pensamento reflexivo. Dewey nos diz acerca disso que

o que exatamente é sugerido a uma pessoa em dada situação depende de sua constituição natural (sua originalidade, seu gênio), temperamento, a direção predominante de seus interesses, seu ambiente anterior, o teor geral das experiências passadas, seu treinamento especial, as coisas que recentemente ocuparam-na contínua ou vividamente, e assim por diante (Dewey, 1997, p. 84).

Dewey fala de disposições inatas, desenvolvidas pela aprendizagem posterior, que dá a essas disposições uma função comportamental definida, direcionada. Essa função comportamental adquirida, chamada como sabemos, por Dewey, de hábito, é que leva o sujeito a crer em generalizações segundo as quais certos objetos ou eventos, sugerem ou significam tais outros objetos ou eventos. “Dados os fatos A B C D de um lado e certos hábitos individuais de outro, a sugestão ocorre automaticamente” (Dewey, 1997, p. 85). Nisso resulta o poder de passar da dúvida, ou hesitação, para a crença ou disposição para agir ou afirmar. O processo mais sofisticado de pensamento, o princípio condutor modelado, segundo Dewey, na forma de disposições naturais acrescidas de aprendizagem individual ou social, é o que ele chama de pensamento

reflexivo. Para Dewey, como para Hume, há uma consciência da distinção entre o processo efetivo do pensamento e a forma lógica de exposição rigorosa e sistemática das conclusões. Cadeias de generalizações derivadas da relação experimental do indivíduo com o ambiente não podem ser reduzidas, em sua complexidade, a demonstrações formais.

O que há na eficácia do pensamento, além do rigor formal, lógico, com que ele se apresenta, claro e distinto, a um examinador? Em sua eficácia há o impulso em busca da satisfação da dúvida, e da segurança da crença, assim como há um fundamento comportamental, biológico, que modela o pensamento em termos de hábitos. Esses são desenvolvidos pela combinação de instintos resultantes do processo de evolução biológica, e condutas aprendidas na interação social e no enfrentamento de problemas e dúvidas ao longo do processo de evolução cultural. Por causa disso, “nosso uso dos conceitos deve incorporar um forte senso de falibilidade, isto é, uma profunda apreciação da maneira como circunstâncias mutáveis e novos dados podem minar algumas de nossas crenças mais firmemente mantidas” (Hickman, 2008, p. 129). Agora, mesmo falível, o pensamento em geral caracteriza-se por antecipação, por formar uma imagem do mundo e de suas características, extrair possibilidades de conduta e considerá-las, selecionando algumas e rejeitando outras, antes de partir diretamente para a ação<sup>2</sup>. O pensamento representa economia de energia, evita erros e enganos que podem ser letais, e mais que isso abre, com a linguagem, a oportunidade de compartilhar a experiência adquirida, de modo a tornar a experiência um processo coletivo, e não somente individual. Tudo isso ocorre como resultado, direto ou indireto, de processos de pensamento.

---

<sup>2</sup> Em linguagem menos técnica, recentemente, o filósofo Daniel Dennett afirmou que “o propósito fundamental de nossos cérebros é produzir futuro” (Dennett, 1991, p. 177). Em certo sentido, essa alegação se identifica com o que está sendo considerado como uma das principais funções do cérebro, que é justamente o pensamento reflexivo.



## A conduta e os hábitos

Embora faça parte do repertório de conceitos tradicionais da filosofia, o termo “hábito” recebeu um sentido mais técnico na modernidade, sobretudo a partir do modo como que vinha sendo empregado em explicações do comportamento humano e de outros animais. A biologia - assim como a psicologia e mesmo as ciências sociais - desenvolveu empregos específicos do termo a tal ponto que, no fim do século XIX e início do século XX, época em que Dewey produz suas investigações, seria difícil supor que este termo pudesse ser escrito e lido de maneira unívoca pelos estudiosos, independentemente das condições, do assunto e do contexto em que tal termo ocorre. Acerca da disputa científica em torno do uso do termo “hábito”, Charles Camic, em seu artigo “A Matter of Habit” (1986) explora, de um ponto de vista histórico, a controvérsia que envolve várias disciplinas em torno da concepção de hábito. Ele afirma que ela é

um resultado das disputas interdisciplinares que cercaram a institucionalização da sociologia como uma disciplina acadêmica, particularmente da luta da sociologia com a psicologia behaviorista, que então lançou em proeminência uma noção de hábito derivada da biologia do século XIX (Camic, 1986, p. 1040).

O fim do século XIX e início do século XX é um período de intensa polêmica entre as várias áreas do conhecimento teórico. Tendo em mente essa situação, ver-se-á que o sentido que Dewey atribui à palavra “hábito” é um sentido constituído na base de uma série de admissões e de pressupostos. Esses pressupostos estão ligados aos resultados e procedimentos empregados nas ciências naturais e sociais, com as quais a obra de Dewey mantém constante diálogo.

A argumentação de Dewey em *Natureza Humana e Conduta* segue uma linha que relaciona diversos aspectos do comportamento: sociabilidade, valores morais, pensamento, arte. Nesse livro o autor afirma que: “Hábitos podem ser proveitosamente comparados com funções fisiológicas, como respirar e digerir. As

últimas são, para ser exato, involuntárias, enquanto os hábitos são adquiridos” (Dewey, 2002, p.14). Primeiro, temos, então, a admissão de que hábitos são funções da relação do indivíduo com o ambiente. Entenda-se aqui o ambiente natural, bem como o ambiente social. Essa primeira caracterização vai sendo completada com outras considerações mais específicas, das quais nos interessam aqui, particularmente, aquelas relacionadas ao exercício do pensamento.

Dewey concebe um hábito como uma disposição para a ação, um prontidão do organismo para manifestar um comportamento determinado, diante de certo conjunto de estímulos. As capacidades, habilidades e virtudes atribuíveis a um sujeito não são consideradas por ele como características privativas. Dewey rejeita a análise de um sujeito individual que possa ser concebido em separado do ambiente, e desde o início inteiramente constituído. Ele refere-se antes à contínua interação entre o indivíduo e o seu ambiente. Por isso a descrição fixa de um sujeito dotado de tais e tais qualidades, resultaria em uma abstração, em uma idealização. Sabe-se que a descrição abstrata do sujeito do conhecimento fazia parte do elenco de procedimentos adotados por diversas correntes da teoria tradicional do conhecimento. Contudo, como reação a essa atitude, Dewey prefere considerar que o caráter, essa identidade que compõe o “eu” individual, é o resultado de um processo, não uma essência imóvel. Tal identidade é uma estrutura resultante de o organismo canalizar suas energias em direção à obtenção de alguns objetivos. William Kilpatrick, ao comentar essa ideia, diz que essa identidade “é manifesta na habilidade de formar propósitos conscientes fora dos distintos impulsos animais, e na habilidade posterior de escolher meios à luz de conseqüências previstas” (Kilpatrick, 1939, p. 457). No caso dos seres humanos, inseridos num ambiente social, estas habilidades, capacidades e virtudes

são adaptações em andamento de capacidades pessoais e forças ambientais. Todas as virtudes e vícios são hábitos que incorporam forças objetivas. São interações de elementos que contribuem para a fabricação de um indi-

víduo com elementos do mundo exterior (Dewey, 2002, p. 16).

Por isso os hábitos precisam formar-se no ambiente. O meio social exige tal adaptação, que instaura a capacidade de investigação e inferência, a fim de estabelecer as crenças sobre bases confiáveis, cuja validade possa ser alvo da discussão e da aprendizagem, como partes da experiência coletiva.

Por causa desta consideração relacional dos hábitos, Dewey afirma que, apesar da vida natural de um indivíduo possuir uma duração limitada, a modificação que ele produz no ambiente social (em termos dos efeitos de sua conduta, diretamente ou por meio da comunicação) é duradoura. “Podemos reter e transmitir nossa própria herança apenas pela constante reconstrução de nosso próprio ambiente” (Dewey, 2002, p. 21). Se o ambiente determina o hábito, o hábito determina o ambiente na mesma proporção. E assim a herança cultural é possível como a permanência de algo no mundo em constante mudança. Os hábitos adequam e organizam os meios (materiais externos, órgãos físicos e mentais) usados pelo agente, a fim de atingir resultados definidos. Sem hábitos, o organismo não pode dar aos meios de que dispõe o uso adequado às condições ambientais.

O que tem de ser enfatizado é que o pensamento se processa por meio de hábitos, tanto quanto a conduta prática. “Uma ideia ganha forma e consistência apenas quando possui um hábito por trás dela” (Dewey, 2002, p. 30). Como (princípios) condutores, os hábitos desempenham um importante papel no funcionamento da mente. E a produção de conhecimento é um comportamento que se explica em termos da formação de hábitos. Poder-se-ia compreender o argumento de Dewey, em linhas bastante gerais, nos termos de que um hábito de pensamento que conduz frequentemente a bons resultados tende a ser reforçado, bem como um hábito que conduz frequentemente a resultados indesejados tende a ser abandonado. Essa fórmula manifesta uma compreensão do comportamento de investigação e inferência na qual tal comportamento modela a relação do indivíduo com o ambiente em que se encontra.

Dewey delinea com mais detalhe sua consideração do papel epistemológico dos hábitos ao acrescentar que:

idéias, pensamentos e fins não são gerados espontaneamente. Não há concepção imaculada de significados e propostas. A razão, pura de toda influência de hábito anterior é uma ficção. Sensações puras fora das quais as idéias podem ser montadas separadas dos hábitos são igualmente fictícias (Dewey, 2002, p. 31).

Diante dessa atribuição de um papel fundamental para o hábito na produção de conhecimento, podem-se fazer algumas considerações que vêm ao encontro do que Dewey afirma, conforme discutido acima, na obra *Como Pensamos*. Os diferentes tipos de pensamento têm todos os ingredientes de condutas: dir-se-ia que investigar, selecionar evidências, buscar explicações é uma parte daquilo que se denomina com o termo “conduta”.

A aprendizagem, ao instalar e encorajar certos hábitos em detrimento de outros, molda os métodos de pensamento, bem como molda as condições pelas quais se processa a própria percepção. “As sensações e idéias que são o ‘estofo’ do pensamento e do propósito são igualmente afetadas por hábitos manifestados nos atos que dão origem às sensações e significados” (DEWEY, 2002, p. 31). Tanto o pensamento como a sensação só assumem uma forma definida e significativa ao seguirem hábitos bem definidos. Mesmo a identificação que crianças fazem do preto, branco, etc., resultam da aquisição de hábitos – segundo os quais se pode identificar uma sensação definida, no contexto experiencial, e atribuir a ela um nome publicamente reconhecido. Nossas ideias, sensações e ações são todas manifestas por efeito dos hábitos. Um efeito de maus hábitos (maus princípios condutores), por exemplo, pode ser a admissão de crenças falsas, ou desprovidas de suficiente evidência.

### **Especificando o uso do termo “hábito”**

Resta, para Dewey, a tarefa de explicar com exatidão como reconhecer e identificar precisamente a manifestação do

hábito. Ele explica que, por seu próprio modo de ser, os hábitos estão funcionando sempre. Não se pode desligar um hábito durante o curso do comportamento de um indivíduo. Se os hábitos são os elementos constituintes do caráter, e se eles são funções desenvolvidas a partir de disposições naturais, na relação de mão dupla entre o indivíduo e o meio, é plausível supor essa permanência dos hábitos na atividade. Mas, então, dois problemas vêm à tona, que merecem ser aqui considerados:

1º como se pode compreender que, em cada ação, cada elemento da conduta, esteja em operação toda uma variedade de hábitos e;

2º o que se definiria como *um* hábito? Que função distinta pode recair sob a designação de “hábito”? Como individuar uma função distinta o bastante para merecer esse substantivo, dado que “No momento atual, cada hábito opera todo o tempo da vida desperta” (DEWEY, 2002, p. 37)? Haveria espaço aqui para uma argumentação terminológica mais fina que, muito possivelmente Dewey não se preocuparia tanto em desenvolver. Sua postura metodológica o leva a propor uma “filosofia empírica”, voltada para métodos próximos, na medida do possível, ao método experimental das ciências. Essa postura o afasta de toda discussão em torno de definições que possam parecer excessiva abstração. Uma filosofia formal, uma filosofia de categorias abstratas é algo que Dewey, em sua proposta, recusa de maneira decidida.

Mesmo assim, diante da afirmação acima, de que os hábitos estão operando todo o tempo da vida desperta, alguém poderia fazer as seguintes reflexões: Que espécie de entidades a palavra “hábito” refere? Naturalmente não são entidades físicas, que poderiam ser observadas diretamente na experiência sensível. Não se trata do tipo de entidades que eu conheço por observação – não se pode apontar ou mostrar diretamente um hábito. Hábitos ficam mais bem caracterizados como entidades mentais. Só que também não são do tipo de uma ideia, ou uma sensação, dados imediatamente ao exame introspectivo do sujeito em que se encontram. Então, como se detecta um hábito?

De acordo com Dewey, hábito é função. É uma regulação do comportamento. É uma entidade que pode ser conhecida, descrita, caracterizada mediante os seus efeitos. Então, como se distingue este hábito daquele? Como se sabe, por exemplo, que o hábito de mentir para os interlocutores em uma conversa é distinto do hábito de mentir em uma carta? Há um hábito de mentir envolvido em ambos os atos, ou mais de um hábito envolvido no ato de mentir? Aqui, embora haja dúvidas quanto ao recorte da função comportamental, perguntar-se-ia se há realmente a necessidade de o hábito ser, assim, tão nitidamente distinguível. Isso não seria exigir do conhecimento do hábito um tipo de evidência, uma determinação exagerada, tanto para a natureza do objeto quanto para o método que o investiga?

Uma resposta plausível consistiria em declarar que hábito poderia ser qualquer coisa distinta o bastante para se atribuir a ele a regulação de uma estrutura de ação. Consequentemente, essa consideração dos hábitos como estando sempre em funcionamento resulta vantajosa para dar unidade e fluidez ao comportamento. Senão, alguém poderia perguntar - o que levaria a maiores complicações - qual o mecanismo que aciona um hábito? Dewey percebe isso e, portanto, oferece uma saída afirmando a “contínua operação de todos os hábitos em todo ato” (Dewey, 2002, p. 38). Hábitos atuam juntos, vários em cada ação completa. A atuação combinada dos hábitos compõe o complexo de múltiplos movimentos que é o comportamento de um caráter organizado. O próprio “eu” individual seria difícil de ser reconhecido sem o princípio da continuidade do hábito. Mesmo assim, o indivíduo não tematiza todos os hábitos, não tem consciência plena de todos os hábitos que está seguindo. No caso específico do pensamento reflexivo, quanto mais consciente de seu próprio comportamento, e dos hábitos que está seguindo em cada passo da investigação, mais chances de a crença resultante ser bem justificada e solucionar o problema.

## Os hábitos no pensamento reflexivo

Os hábitos são, segundo a compreensão geral, estruturas de comportamento modeladas pela interação com o ambiente. Entretanto, é perfeitamente plausível sustentar que, na sua origem, há uma disposição inata envolvida. É possível supor, na base das evidências relevantes, uma demanda do indivíduo por seguir um comportamento regular. Sua principal finalidade é, provavelmente, economizar energia, evitando explorações excessivas do tipo tentativa-e-erro, em cada situação de interação do organismo com o meio. Hábitos são formas de reforçar, conduzir, mas ainda mais, de provocar ou aumentar as chances de ocorrência do comportamento bem-sucedido. Para o caso específico que está sendo discutido, está-se tratando de hábitos relativos a um comportamento deliberado, refletido, intencional, que é o de estabelecer as crenças sob uma sólida base de evidência. Dewey afirma, então, que não somente o comportamento rotineiro e repetitivo, mas o comportamento criativo e inovador é modelado por um conjunto coordenado de hábitos. Toda a questão, neste caso, reside em mostrar que é efetivamente dessa forma que o indivíduo se comporta diante de situações reais que envolvem incerteza e dúvida, ou seja, envolvem a necessidade de pôr o aparelho cognitivo em funcionamento. Segundo Dewey,

as dificuldades dão ensejo a que se manifeste o pensamento, somente quando este é o caminho obrigatório ou urgente para sair delas, só quando é a via indicada para uma solução (DEWEY, 1979, p. 142).

Sabemos que é sempre diante de uma dificuldade real, experimentada pelo indivíduo, que se põe em movimento sua capacidade investigativa.

No processo de adquirir novos hábitos, é preciso tomar alguns como certos. A atenção, o foco do indivíduo é sempre dirigido a objetos particulares envolvidos na ação, embora os efeitos dos hábitos se reflitam sobre o caráter em geral. Quanto mais coordenados os hábitos, maior estabilidade e integridade do ca-

ráter. Desordem e oposição de hábitos resultam em um caráter fragmentado. Um exemplo são justamente os hábitos de investigação e estabelecimento de crenças. Quanto mais fragmentados os hábitos de pensamento, mais o conhecimento deles resultante é incerto. Quanto mais concatenados e integrados esses hábitos, mais o conhecimento deles resultante é bem fundado em evidências e, portanto, mais justificado.

Tentando entender por contraste, esta descrição – em termos de hábitos - do sujeito que conhece contrasta com o quê? Ela tem em um extremo, um “eu” individual plenamente, até substancialmente constituído, um *cogito*, poder-se-ia afirmar. De outro um “eu” individual fragmentado, carente de unidade, um autômato que reage diferentemente a situações isoladas. Assim como tem de um lado o determinismo extremo e de outro um espontaneísmo, uma liberdade como não determinação da consciência por nada fora dela. Não há, em Dewey, espaço para uma definitiva e substancial distinção entre o mundo da mente e o mundo físico. A oposição entre dentro e fora, interior e exterior, um mundo da consciência e um mundo de fatos também é enfraquecida. Há um ser vivo, complexo, organizado, interagindo de muitas maneiras (algumas altamente refinadas) com um ambiente que é em parte social e, portanto, feito de significados. No horizonte desse mundo se institui, segundo Dewey, sua noção de hábito.

A integração entre organismo e ambiente provoca certa determinação e, ao mesmo tempo, a possibilidade real de mudança. O organismo vivo e o grupo social enfrentam constantes transformações em seu ambiente. Essas transformações ocasionam readaptações, adaptações, reconstruções no esquema da conduta. Por isso, tanto na natureza quanto, com maior razão, no meio social, é observada uma constante mudança nos hábitos. Agora, segundo Dewey: “Obviamente qualquer mudança assim só pode ser experimental” (DEWEY, 2002, p. 55). A única maneira de mudar hábitos é antecipar com “incerteza e inexatidão”, por tentativa e por inferência, os efeitos de novas condições. É tarefa do pensamento promover esta antecipação “trabalhando



com hipóteses corrigidas e desenvolvidas pelos eventos enquanto a ação prossegue” (DEWEY, 2002, p. 55). Isso tem a ver com o que ele afirma em *Como Pensamos*, quanto ao caráter hipotético, criativo, inferencial do pensamento reflexivo, sua necessidade de treino, sua parcial “naturalidade” e parcial “artificialidade”, seu caráter habitual.

A citação seguinte mostra o quanto Dewey está relacionando assuntos e chamando a atenção para a ligação entre os métodos de pensamento e a mudança de hábitos, incluindo os de investigação e inferência. Inclui ainda os hábitos componentes do esquema moral de uma comunidade em uma determinada uma época:

Houve um tempo em que os homens acreditavam que cada objeto no mundo exterior carregava sua natureza estampada sobre si como uma forma, e que a inteligência consistia em simplesmente inspecionar e ler uma natureza completa intrínseca e auto-contida. A revolução científica que começou no século XVII adveio através de uma renição deste ponto de vista. Ela começou com o reconhecimento de que todo objeto natural é na verdade um evento contínuo no espaço e no tempo com outros eventos; e deve ser conhecido somente por indagações experimentais que exibirão uma multidão de complicadas, obscuras e diminutas relações (Dewey, 2002, p. 56).

Essa passagem está em sintonia com a visão epistemológica de Dewey, de que a crença não é um resultado definitivo. Dever-se-ia falar de um processo de crer, que se altera pela relação com a experiência, dando origem às modificações na vida moral, na ciência e na filosofia. Dever-se-ia, além disso, falar de um processo de valor, que se altera pela relação das condições individuais com as condições objetivas de obtenção ou negação do bem que é desejado ou tornado ato, cujas consequências fazem, por sua vez a ponte entre o interesse individual e o ambiente. Esses são processos em que o sujeito se guia por funções comportamentais, por estruturas, filtros, princípios condutores, cujo nome adequado na filosofia de Dewey é “hábito”.

### **Considerações Finais**

Percebe-se, na obra de Dewey, uma crítica dos pressupostos tradicionais nos quais um sujeito constituído, concebido isoladamente da experiência e da interação com o meio – incluindo o meio social – é caracterizado como objeto das explicações e hipóteses desenvolvidas para explicar o conhecimento. Além disso, vê-se uma substituição de essências e princípios imutáveis e formais, por modelos experimentais de explicação. Essa filosofia pretende superar conceitos tradicionais, juntamente com algumas das questões que originaram esses conceitos.

A vida mental e social, composta de instituições, valores, costumes, são entendidas como uma parte do processo mais geral da vida e, portanto, suas regularidades não podem opor-se às regularidades naturais. Mesmo que o ser humano atribua novos significados e novos usos a impulsos e a hábitos - mesmo hábitos refinados e de alto nível de complexidade como o hábito do pensamento reflexivo - ainda assim a situação nunca deixa de apresentar seres orgânicos acumulando e reconstruindo, ao longo das gerações, diversas estruturas adaptativas. Essa descrição do sujeito do conhecimento, compreende-o como uma parte do mundo natural que há para ser conhecido e investigado. Assim, o refinamento dos métodos de busca, exame e transmissão do conhecimento não representa uma negação ou uma superação de inclinações e funções naturais de comportamento. O refinamento do aparato cognitivo que se puder observar – o refinamento de hábitos de reflexão e consideração rigorosa – é a evolução e o desenvolvimento dessas próprias inclinações.

Encerra-se esta discussão admitindo a validade da hipótese inicial: este modo de entender as teses de Dewey em termos de uma atitude naturalista, coerente com as realizações científicas acerca da vida, do ser humano e da cultura, confere a seus argumentos todo o sentido e todo o poder explicativo que a eles se pode atribuir, em seu projeto de explicar adequadamente um mundo em constante reconstrução.

## Referências

CAMIC, Charles. "A Matter of Habit". *American Journal of Sociology*. Vol. 91. No. 5, (pp. 1039-1087). Mar 1986.

DEWEY, John. (1979). *Como Pensamos*. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1ª. Ed. 1933.

\_\_\_\_\_. (1997). *How We Think*. New York: Dover. 1a. Ed. 1910.

\_\_\_\_\_. (2002). *Human Nature and Conduct*. New York: Prometheus Books. 1ª. Ed. 1922.

HICKMAN, Larry. "Evolutionary Naturalism, Logic and Lifelong Learning: Three Keys to Dewey's Philosophy of Education" In: GARRISON, Jim (Ed.). *Reconstructing Democracy, Recontextualizing Dewey*. New York: State University of New York Press. 2008.

HUME, David. (1999). *An Enquiry Concerning Human Understanding*. (EHU). Oxford: Oxford University Press. 1ª. Ed. 1748.

KILPATRICK, William. "Dewey's Influence on Education. In: *The Library of Living Philosophers – The Philosophy of John Dewey*. Chicago: Northwestern University, 1939.

